

SCHNITMAN, Ivana Maria (Enero/Julio 2011). Educação à distância e a formação da força de trabalho contemporânea. *Edusk – Revista Monográfica de Educación Skepsis*, n. 2 – Formación Profesional. Vol. II. Claves para la formación profesional. São Paulo: skepsis.org. pp. 989- 1011

url: < <http://www.editorialskepsis.org/site/edusk> > [ISSN 2177-9163]

RESUMO

O processo de transformação da sociedade contemporânea – saindo da condição de uma sociedade que privilegiava o armazenamento da informação para a valorização e produção do conhecimento, requer um perfil de trabalhador diferenciado. Diante das mudanças paradigmáticas que o novo modelo de produção econômica vem imprimindo e frente aos avanços das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), a demanda pela formação e qualificação da força de trabalho tem encontrado na Educação a Distância (EAD) uma oportunidade de acesso à educação formal. A proposta deste artigo é discutir como a EAD, vem se constituindo em uma valiosa alternativa para a ampliação da oferta de educação para a força de trabalho contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Educação a distância, Tecnologias da Informação e Comunicação, educação para o trabalho.

ABSTRACT

The transformation process the contemporary society is going through – moving from a society that privileged the information storage, to a society that values knowledge production, requires a different set of working skills. Facing the paradigmatic shift the new economic production model is impinging, and upon the advances of the information and communication technologies (ICT), the demand for qualifying the working force is finding, in distance education, an opportunity to access formal education. This article's objective is to discuss how distance education has becoming a valuable alternative to increase the educational offer to the contemporary working force.

KEY-WORDS: Distance Education, Information and Communication Technologies, continuing education.



EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E A FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO CONTEMPORÂNEA

DISTANCE EDUCATION AND THE CONTEMPORARY WORKING FORCE QUALIFICATION

Ivana Maria Schnitman¹

INTRODUÇÃO

A Era do Conhecimento é constituída por trabalhadores do conhecimento, onde o trabalho se consiste, em grande parte, na

¹Ivana Maria Schnitman é Ph.d em Educação pela West Virginia University (WVU), Mestre em Educação pela Johns Hopkins University (JHU) e Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente é professora do Centro Universitário Estácio da Bahia, onde desenvolvendo atividades docentes e de pesquisa relacionadas à utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no ensino, tanto Presencial quanto a Distância e no planejamento de estratégias didático metodológicas para concepção de cursos e materiais para Educação a Distância online (EAD), dentre outras. Publicações mais recentes: SCHNITMAN, I. M.. *Mediação pedagógica o sucesso de uma experiência educacional online*. (ETD: Educação Temática Digital, v.12, p.287-314, 2011.); SCHNITMAN, I. M.. *O perfil do aluno virtual e as teorias de estilos de aprendizagem*. (Anais do 3º Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação: redes sociais e aprendizagem, Recife, 2010.); SCHNITMAN, I. M.. *Applying the Innovation Diffusion Theory to Foster Web-Based Distance Education in Higher Education: A Professional Development Program Plan*. (Proceedings of World Conference on Educational Multimedia, Hypermedia and Telecommunications - EDMEDIA, Viena, v.2008, p.4394-4397, 2008.); SCHNITMAN, I. M., AHERN, T. C.. *Interface Design for Highly Motivated Learners*. (Journal of Interactive Instruction Development, v.19, p.9-14, 2007.). E-mail: ivana@compos.com.br.



conversão de informação em conhecimento.² Neste contexto, o trabalhador passou a ser exigido em função de sua produtividade, de seu desempenho, privilegiando-se aspectos como: inovação e criatividade. Na busca da empregabilidade, a demanda pela formação e qualificação propiciou que a articulação entre educação e processo produtivo se tornasse um campo fecundo para inovações tecnológicas.

O processo de mutação que a sociedade contemporânea está experienciando – saindo da condição de sociedade que privilegiava o armazenamento e disseminação de informações, para o de uma sociedade que valoriza a produção do conhecimento, requer um trabalhador que, cada vez mais, utilize o raciocínio e a criatividade, ao invés de atitudes mecânicas. A sociedade contemporânea precisa de um trabalhador com novas competências e habilidades, que contribuam para torná-lo mais competitivo. O mercado de trabalho, por sua vez, já percebeu que o baixo nível de escolaridade se constituiu em um obstáculo para a produção, pois interfere diretamente na forma com que o trabalhador decodifica a informação, constrói seu conhecimento e o aplica em suas atividades.³

O profissional globalizado precisa estar preparado para mudanças constantes na sua carreira. O novo perfil exigido deste

² SVEIBY, Karl Erik (1998). *A nova riqueza das organizações: gerenciando e avaliando patrimônios de conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus.

³ DE TILLIO CLARO, Patrícia (2004). *Sociedade da Informação, demandas educacionais e gestão da comunicação no ensino-aprendizagem: algumas considerações*. In: II Congreso Online del Observatorio para la CiberSociedad. Disponível em http://www.cibersociedad.net/congres2004/index_es.html. [Acesso em 06/01/2011.]



profissional demanda que, além do entendimento das informações e dos avanços tecnológicos referentes à sua área de atuação profissional, também seja capaz de desenvolver as suas atividades autonomamente.

Saber buscar e interpretar a informação é o diferencial de empregabilidade no mundo globalizado.⁴

Diante das mudanças paradigmáticas que o novo modelo de produção econômica vem imprimindo e frente à introdução das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na educação, a demanda pela formação e qualificação da força de trabalho tem tido na Educação a Distância (EAD) uma opção para a ampliação da oportunidade de acesso a educação formal.⁵

A formação para o trabalho é uma questão complexa, onde coexiste o conflito entre ensino regular e ensino profissional, além dos sistemas alternativos de qualificação profissional. Considerando-se uma educação inclusiva que pretende atender a todos, a EAD parece ser uma excelente alternativa, pois além da capacidade de atender a um grande número de pessoas dispersas geograficamente, também preenche aos anseios de um sistema educacional que se propõe a refletir e transformar a sociedade. É nesse contexto de

⁴ DE ANDRADE BOLZAN, Regina de Fátima Frutuoso (1998). *O Conhecimento Tecnológico e o Paradigma Educacional*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Engenharia de Produção da Faculdade de Engenharia. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em <http://www.eps.ufsc.br/disserta98/regina/index.htm>. Acesso em 02/01/2011.

⁵ PRETI, Oreste (jan./abr. 1998). Educação a distância e globalização: desafios e tendências. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v.79, n.191, pp.19-30.



formação e qualificação para o trabalho que a sociedade contemporânea incorporou a EAD.⁶

As transformações provocadas pela instauração do paradigma tecnológico na chamada sociedade do conhecimento implicou em mudanças nas diferentes áreas do saber. Assim, conhecer esta trajetória é de fundamental importância para a compreensão do papel da educação nesta nova conjuntura histórico-social. Frente a este enquadre, constatamos que a sociedade do conhecimento busca na educação o ferramental para refletir sobre a sua condição humana, sendo educação entendida como a acumulação de capital humano via escola. É sob esta perspectiva que este artigo busca discutir esta temática.

A proposta deste artigo é analisar as dimensões em que a inserção das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na Educação, expressas na modalidade de Educação a Distância Online (EAD), se constitui como uma opção viável para a educação formal da força de trabalho brasileira.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO

Muito se fala sobre a importância da educação para o bem-estar de uma nação, expressando a idéia de que o investimento em capital humano é responsável por grande parte da diferença na

⁶ Id., MARTINS PAULA, 2007.



produtividade do trabalhador.⁷ Comprovadamente, maiores níveis de escolaridade garantem melhores oportunidades de inserção do indivíduo no mercado de trabalho.⁸

Na nova ordem econômica, não basta dominar as TIC. É preciso saber transformar informação em conhecimento. A educação é a ação catalisadora desse processo, o elemento fundamental para a construção de uma sociedade do conhecimento e a condição essencial para que o indivíduo saiba como se inserir nesta nova ordem social. A educação então, se converte no diferencial competitivo das nações. Numa cadeia de produção, a capacidade de gerar, tratar e transmitir informação e a primeira etapa, que se completa com a sua aplicação no processo de agregação de valor a produtos e serviços.

Neste contexto, o desafio que se impõe, tanto para empresas, quanto para trabalhadores é o de adquirir as competências necessárias para transformar informação em um recurso econômico estratégico, ou seja, em conhecimento.⁹

Para melhor ilustrar esta questão buscou-se verificar em que medida, no Brasil, as pessoas economicamente ativas (PEA) têm pelo menos 11 anos de estudo completos – o equivalente ao ensino médio – nível que é exigido para quase todos os tipos de trabalho no mercado formal atual. Para tanto, utilizaram-se os dados do censo de

⁷ IBGE (2010). *Síntese de Indicadores Sociais Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, n. 27.

⁸ AQUINO MENEZES-FILHO, Naercio (2001). *A Evolução da Educação no Brasil e seu Impacto no Mercado de Trabalho*. Instituto Futuro Brasil.

⁹ TAKAHASHI, T. (2000). *Sociedade da informação no Brasil: Livro Verde*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia.



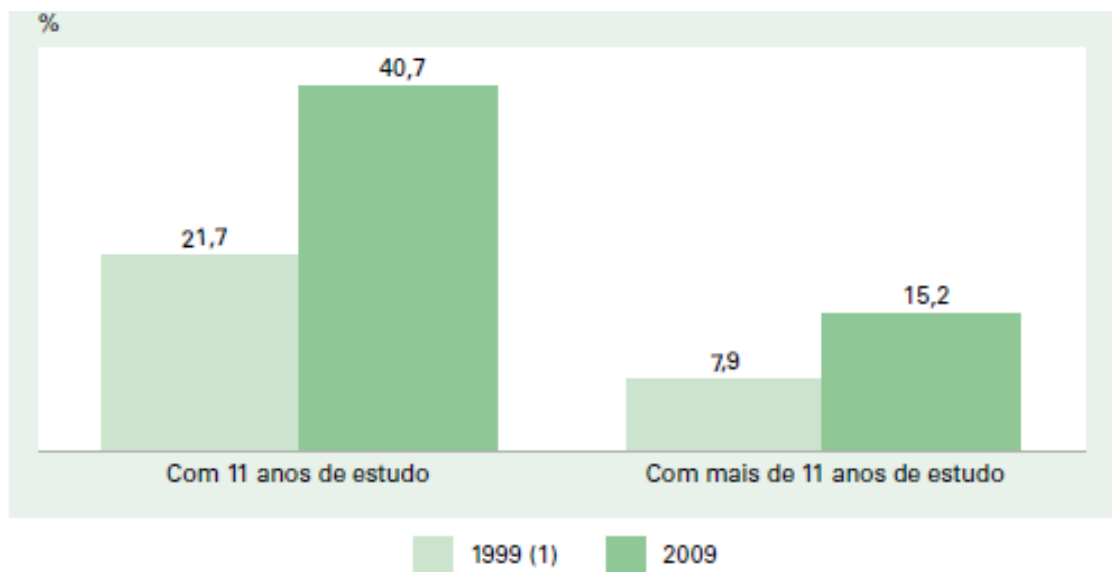
2010 do IBGE, que revelaram que no Brasil, 74 milhões de trabalhadores possuem menos de quatro anos de estudo e cerca de 20% da população é de analfabetos (19,2 milhões de analfabetos entre a população de 15 anos e mais). Desse total, 80% têm entre 15 e 30 anos de idade.¹⁰

Ampliando essa análise através dos dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostras Domiciliares) de 2009, verifica-se que, no período de 1999 a 2009, a proporção de PEA, de 18 a 24 anos de idade com 11 anos de estudo, quase que dobrou (passou de 21,7% para 40,7%). No entanto, para o grupo de PEA com 11 anos ou mais de estudo, os resultados foram menos impactantes (aumentando de 7,9% para 15,2%).

Para o segmento etário de 25 a 34 anos de idade, o grupo com 11 anos ou mais de estudo, teve o maior aumento. Esses resultados mostram um aumento da escolaridade de PEA nessas duas faixas etárias (ver Gráfico 1, 2 e Tabela 1).

¹⁰ Id., IBGE, 2010.

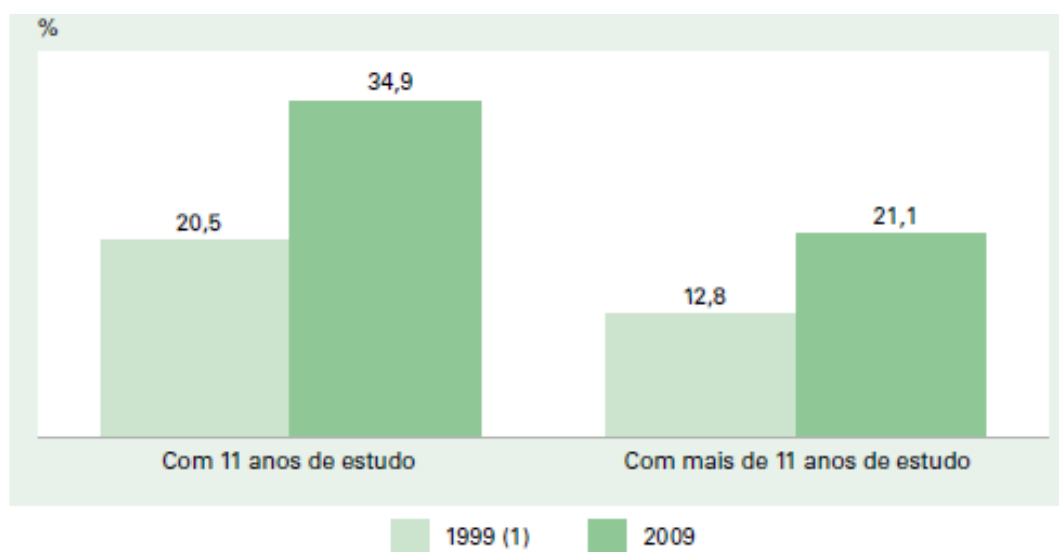
GRÁFICO 1: PROPORÇÃO DE PESSOAS DE 18 A 24 ANOS DE IDADE ECONOMICAMENTE ATIVAS COM 11 ANOS DE ESTUDO E COM MAIS DE 11 ANOS DE ESTUDO.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2009.
(1) Excluída a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.



GRÁFICO 2: PROPORÇÃO DE PESSOAS DE 25 A 34 ANOS DE IDADE ECONOMICAMENTE ATIVAS COM 11 ANOS DE ESTUDO E COM MAIS DE 11 ANOS DE ESTUDO.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2009.

(1) Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

TABELA 1: PROPORÇÃO DE PEA COM 11 ANOS DE ESTUDO E COM MAIS DE 11 ANOS DE ESTUDO, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE



Grupos de Idade	Proporção da PEA (%)	
	11 anos de estudo	11 anos ou mais
18 a 24 anos	40,7	15,2
25 a 34 anos	34,9	21,1
35 a 49 anos	25,0	18,2
50 a 59 anos	15	15,1
60 ou mais anos	8,5	10,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

A escolaridade de uma sociedade pode ser revelada pela média de anos de estudo da população de 25 anos ou mais de idade, pois esta faixa etária envolve pessoas que provavelmente já concluíram o ciclo escolar básico, mas que ainda não entraram no período de aposentadoria, de forma que sua renda depende em grande parte do trabalho.

No Brasil, em 2009, a média neste segmento era de 7,1 anos de estudo, o que representa uma escolaridade abaixo da conclusão do ensino fundamental. Este indicador, analisado a partir do rendimento mensal familiar *per capita*, mostra que nos 20% mais ricos, a média também está abaixo da conclusão da educação básica. Isto é, de 10,4 anos de estudo¹¹ (Tabela 2).

¹¹ Id., IBGE, 2010.



TABELA 2: MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO DAS PESSOAS DE 25 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR QUINTOS DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR *PER CAPITA*, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES.

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade					
	Total	Quintos de rendimento mensal familiar <i>per capita</i>				
		1º quinto	2º quinto	3º quinto	4º quinto	5º quinto
Brasil	7,1	4,5	5,6	5,8	7,4	10,4
Norte	6,7	4,5	5,5	6,1	6,3	9,4
Nordeste	5,8	3,6	4,5	4,9	5,1	9,0
Sudeste	7,8	5,5	6,4	6,5	7,9	11,1
Centro-Oeste	7,4	5,4	5,8	6,0	7,5	10,9
Sul	7,5	5,3	6,2	6,3	7,7	10,7

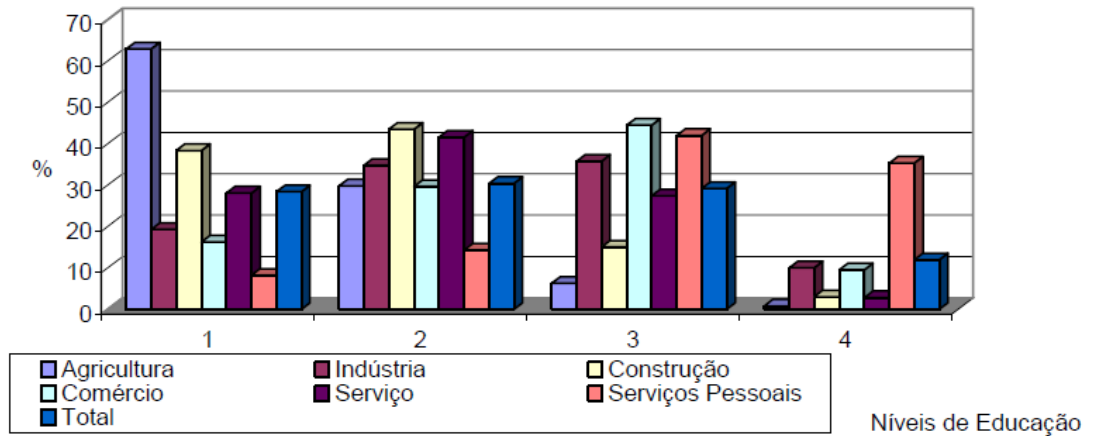
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Nota: Exclusivo as pessoas em famílias sem rendimentos, sem declaração de rendimentos, pensionistas, empregados domésticos e parentes do empregado doméstico.

Uma análise preliminar da distribuição do nível de escolaridade pelos deferentes tipos de atividades desenvolvidas (ver Gráfico 3) ilustra claramente a importância da educação para o mercado de trabalho brasileiro.

GRÁFICO 3: NÍVEL DE ESCOLARIDADE E TIPO DE ATIVIDADE





Fonte: Desenvolvido por MENEZES-FILHO¹², baseado nos dados do PNAD 2009.

Através do gráfico acima, constata-se que 62% da população que trabalha no setor agrícola tem menos de 3 anos de estudo e que 80% dos trabalhadores no setor de construção civil e 70% do setor de serviços não terminaram o ensino fundamental. 70% dos trabalhadores do setor industrial tem entre 4 e 11 anos de estudo, enquanto que no setor comercial, a maioria da população teve acesso ao ensino médio. E como esperado, a população que teve acesso ao ensino superior esta praticamente toda concentrada no setor de serviços pessoais - profissionais liberais, administração pública e outros serviços.¹³

Como o crescimento econômico está vinculado à capacidade de inovação e esta capacidade está baseada na melhoria do nível educacional dos trabalhadores, a necessidade da existência de uma

¹² Id., AQUINO MENEZES-FILHO, 2001.

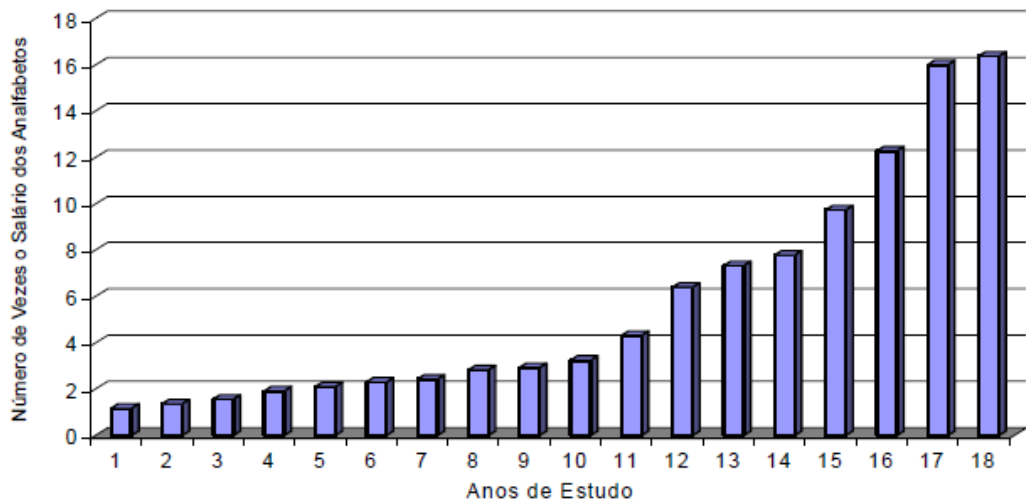
¹³ Bis Id., AQUINO MENEZES-FILHO, 2001.



política de educação continuada e permanente se impõe de forma incontestável.¹⁴

A fim de realizar uma análise mais completa da questão é importante também levar-se em consideração, em que medida o grau de escolarização se reflete na diferença de remuneração praticada pelo mercado de trabalho, sendo esta a grande responsável pela desigualdade na distribuição de renda.¹⁵ O gráfico abaixo ilustra o reflexo que a diferença salarial média que cada ano de estudo, proporciona na remuneração.

GRÁFICO 4: DIFERENCIAIS SALARIAIS ASSOCIADOS À EDUCAÇÃO NO BRASIL: 1997



Fonte: Desenvolvido por MENEZES-FILHO¹⁶, baseado nos dados do PNAD 2009.

¹⁴ Id., PRETI, jan./abr. 1998, pp.19-30.

¹⁵ Id., AQUINO MENEZES-FILHO, 2001.

¹⁶ Bis Id., AQUINO MENEZES-FILHO, 2001.



Pode-se observar no gráfico acima que os indivíduos com ensino fundamental completo (11 anos de estudo) ganham em média, três vezes mais do que os analfabetos. Assim, como os que ingressaram no ensino superior (12 anos de estudo) têm um aumento salarial de quase 150%, se comparado aos que só concluíram o ensino médio. Os indivíduos com ensino superior completo (15/16 anos de estudo) têm um rendimento salarial médio quase doze vezes maior que os analfabetos e para os com Pós-Graduação, a diferença é 16 vezes maior, atestando que a educação, de fato, é um dos principais fatores na determinação da desigualdade de renda.¹⁷

E, se ainda por cima, se levar em consideração que na sociedade do conhecimento somente a formação inicial já não é mais o suficiente para garantir a empregabilidade, a educação continuada se apresenta como uma forte tendência.

Este é um dos grandes desafios que os sistemas de ensino superior cada vez mais estarão enfrentando e para o qual a EAD pode ser de grande contribuição. A partir da ampliação e diversificação da oferta de ensino, tanto de formação inicial, quanto de criação de novos modos de formação continuada, a EAD pode se constituir em uma alternativa educacional mais adequada às demandas do mercado

¹⁷ Id., AQUINO MENEZES-FILHO, 2001.



de trabalho pós-fordista, estando mais integrada aos locais de trabalho e às expectativas dos indivíduos.¹⁸

O governo encontrou na educação o locus para qualificar os trabalhadores, de forma que estes possam ser inseridos no mercado de trabalho e na EAD a modalidade que teria melhores condições de cumprir esta tarefa, atingindo um número expressivo de trabalhadores, dentro de uma racionalidade econômica superior às modalidades presenciais.¹⁹

Uma demonstração de como a educação superior se constitui numa importante política de governo foi a elaboração do documento *Bases para o Enfrentamento da Crise Emergencial das Universidades Federais e Roteiro para a Reforma Universitária Brasileira* pelo GT interministerial²⁰, onde a EAD foi apresentada pelo Governo como uma estratégia de democratização do acesso à educação superior.

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO OPÇÃO DIFERENCIAL

Dentro da atual crise estrutural da economia, a conjuntura política e tecnológica favoreceu a EAD, pois encontrou nesta modalidade educacional uma alternativa economicamente viável,

¹⁸ BELLONI, Maria Luiza (Abril/2002). *Ensaio sobre a educação a distância no Brasil*. Educação & Sociedade, ano XXIII, no. 78. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a08v2378.pdf>. Acesso em 18/01/2011.

¹⁹ Id., PRETI, jan./abr. 1998. pp.19-30.

²⁰ Este GT foi composto por representação da Casa Civil, da Secretaria Geral da Presidência da República, do Ministério da Educação, do Ministério do Planejamento, do Ministério da Fazenda e do Ministério da Ciência e Tecnologia (Brasil, GT Interministerial, 2003).



além de uma opção às demandas sociais por educação formal. A EAD passa então a ocupar uma posição estratégica, pois preenche as necessidades de qualificação da população economicamente ativa, ao mesmo tempo em que satisfaz a busca pela redução do custo dos serviços educacionais, satisfazendo a crença de que o ensino está acessível a todos.²¹

A partir da década de noventa do séc. XX, a EAD passou a compor o espectro das políticas de Estado, onde programas e projetos de EAD passaram a fazer parte do cotidiano educacional. O Poder Público apoiou e incentivou programas de ensino a distância, expressos no artigo 80 da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (Lei 9.394/96) e do *Decreto 2.494/98*, que o regulamenta, e que aponta como uma das diretrizes da política educacional a implementação de uma política nacional de educação superior à distância.

A autorização, reconhecimento e credenciamento dos cursos a distância foi consolidada pela *Portaria 301 de abril de 1998 do MEC*, que articulou o credenciamento à qualificação acadêmica dos cursos, a partir de parâmetros definidos pelo próprio Ministério.²²

A vinculação do conceito de qualificação à lógica de adequação da formação profissional ao mercado se materializou no documento "*Indicadores de Qualidade para Cursos de Graduação a Distância*", elaborado pela Secretaria de Educação a Distância/SEED do MEC.

²¹ Id., PRETI, jan./abr. 1998. pp.19-30.

²² Id., MARTINS PAULA, 2007.



Nesta perspectiva, as políticas públicas educacionais fortalecem a visão da EAD como uma alternativa para a formação e qualificação da força de trabalho.

Assim, ao longo da última década, como pode ser observado (ver Tabela 3 e Gráfico 4), constata-se um visível aumento na oferta de cursos na modalidade a distância no Brasil.

TABELA 3: OFERTA DE CURSOS EM EAD NA GRADUAÇÃO

ANO	CURSOS	MATRÍCULAS
2000	10	1.682
2001	16	5.359
2002	46	40.714
2003	52	49.911
2004	107	59.611
2005	189	114.642
2006	349	207.206

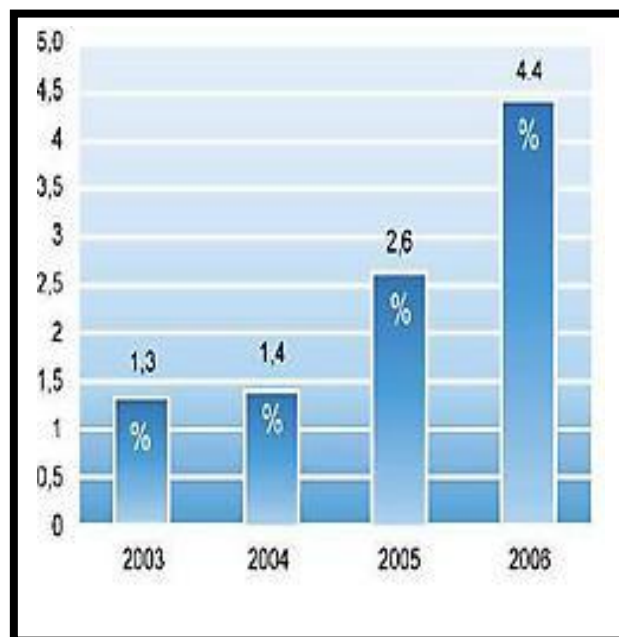


RESULTADOS EM 2006

CURSOS	VAGAS OFERECIDAS	CANDIDATOS INSCRITOS	INGRESSOS	MATRÍCULAS EM 30/06	CONCLUINTES
349	813.550	430.229	212.246	207.206	25.804

Fonte: MEC/INEP/DAES – 2006

GRÁFICO 4: PARTICIPAÇÃO DA EAD NO TOTAL DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO



Fonte: Censo 2006 – INEP

As mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas do século XX – no modo de produção econômico, na organização e gestão do trabalho e no acesso ao mercado de trabalho, cada vez mais



globalizado - exigiram que os sistemas educacionais assumissem novas conformações.²³

Nesse contexto, o setor corporativo, a fim de dar conta das necessidades de formação e atualização dos seus quadros também descobriu as vantagens da EAD. Além de atingir um enorme contingente de pessoas em localidades diferentes, a EAD diminui os custos com a educação, pois os funcionários não têm mais que se deslocar da empresa para o local do curso, além do tempo de ausência. O desenvolvimento de universidades corporativas tem sido a resposta que o setor privado está dando frente a essa necessidade.

Para o capitalismo globalizado, esse tipo de experiência representa um novo nicho promissor de mercado. É neste cenário de mudanças, a EAD está despontando como um produto, que tende a ser extremamente rentável do ponto de vista econômico, principalmente por sua possibilidade de ampliação e reprodução.²⁴

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como discutido ao longo deste artigo, a globalização e o processo de transformação que a sociedade contemporânea vem passando, a partir da revolução tecnológica, terminaram por afetar a produção e o emprego. O mercado de trabalho enfrenta uma

²³ Id., BELLONI, Abril/2002.

²⁴ Bis Id., BELLONI, Abril/2002.



dramática mudança, onde profissões conhecidas estão desaparecendo ou tendo o seu perfil modificado, ao mesmo tempo em que novas profissões estão surgindo e exigindo novas habilidades e conhecimentos.

Considerando-se a máxima inconteste de que a educação é vital para o desenvolvimento de um país e de que é um fator determinante no estabelecimento dos diferenciais salariais e da empregabilidade, a modalidade EAD se apresenta como uma tendência educacional capaz de dar conta a esta nova exigência social.

No entanto, este tema prescinde de uma discussão mais crítica sobre alguns aspectos que podem estar sendo negligenciados. Neste cenário, o formato EAD desponta como mais uma opção de oferta de ensino, assumindo uma crescente importância, principalmente no ensino pós-secundário, seja na formação inicial, ou na formação continuada, cuja demanda tende a crescer devido a permanente necessidade de atualização imposta pela sociedade do conhecimento.²⁵

A educação do trabalhador sempre foi uma demanda para o setor educacional e atualmente, devido aos constantes avanços tecnológicos, a atividade produtiva passou a exigir cada vez mais, uma educação continuada. A modalidade de ensino EAD acompanhou o desenvolvimento tecnológico, o que a posicionou como uma boa opção para a formação e qualificação do trabalhador contemporâneo,

²⁵ Id., BELLONI, Abril/2002.



tanto em cursos promovidos pelo Estado, quanto pela iniciativa privada.²⁶

Neste contexto, a EAD deixa de ser apenas mais uma modalidade educacional para se tornar uma fatia de mercado muito rentável para o setor privado da educação. Considerar a EAD como solução para carências educacionais ou rejeitá-la por qualidade insuficiente é subestimar a questão, pois minimiza questões mais importantes para a compreensão do fenômeno: o caráter econômico, que termina por determinar muitas de suas práticas.²⁷

Muito ainda tem que se avançar a fim de que a EAD se consolide como uma opção confiável para a formação e qualificação da força de trabalho. Olhares devem estar sempre atentos para que essa promessa não sucumba aos interesses econômicos subjacentes, ao invés de privilegiar a qualidade da sua função maior: o ensino e a aprendizagem.

²⁶ Id., MARTINS PAULA, 2007.

²⁷ Id., BELLONI, Abril/2002.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS

AQUINO MENEZES-FILHO, Naercio (2001). *A evolução da educação no Brasil e seu impacto no mercado de trabalho*. Instituto Futuro Brasil.

SVEIBY, Karl Erik (1998). *A nova riqueza das organizações: gerenciando e avaliando patrimônios de conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus.

TAKAHASHI, T. (2000). *Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia.

* * *

REVISTAS CIENTÍFICAS

PRETI, Oreste (jan./abr. 1998). Educação à distância e globalização: desafios e tendências. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, vol.79, n.191, pp.19-30.

* * *

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

BELLONI, Maria Luiza (Abril/2002). *Ensaio sobre a educação a distância no Brasil*. Educação & Sociedade, ano XXIII, no. 78. Disponível em url: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a08v2378.pdf>> [Acesso em 18/01/2011].

DE ANDRADE BOLZAN, Regina de Fátima Frutuoso (1998). *O Conhecimento Tecnológico e o Paradigma Educacional*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Engenharia de Produção da Faculdade de Engenharia. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em url: <<http://www.eps.ufsc.br/disserta98/regina/index.htm>> [Acesso em 02/01/2011].

DE SOUZA LIMA, Kátia Regina (2004). Reforma da educação superior do governo lula e educação a distância: democratização ou subordinação das instituições de ensino superior à ordem do capital?. In: *27ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), GT: Política de Educação Superior, n. 11*, CAXAMBU, MG. Disponível em url: <www.anped.org.br/reunioes/27/gt11/t119.pdf> [Acesso em 02/01/2011].

DE TILLIO CLARO, Patrícia (2004). Sociedade da Informação, demandas educacionais e gestão da comunicação no ensino-aprendizagem: algumas considerações. In: *II Congresso Online del Observatorio para la CiberSociedad*. Disponível em url: <http://www.cibersociedad.net/congres2004/index_es.html> [Acesso em 06/01/2011].



MARTINS PAULA, Nanci (2007). Educação à distância e mundo do trabalho: uma visão contemporânea. In: *13º Congresso Internacional de Educação a Distância*, ABED, Curitiba. Disponível em url: <<http://www.abed.org.br/congresso2007/tc/54200722120PM.pdf>> [Acesso em 20/01/2011].

* * *

DOCUMENTOS OFICIAIS

BRASIL. *Decreto 2.494 de 10 de fevereiro de 1998*. Disponível em url: < www.lei.adv.br/2494-98.htm.> [Acesso em 02/01/2011].

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*. 20 de dezembro de 1996.

IBGE (2010). *Síntese de Indicadores Sociais Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, n. 27.

MEC. *Portaria 301 de 07 de abril de 1998*. Disponível em www.mec.gov.br/sesu/ftp/port301. Acesso em 12/01/2011.

MEC. *Programa Universidade para Todos. Proposta de democratização do acesso à educação superior*. Março de 2004. Disponível em www.mec.gov.br/acs/banner/superior_arquivos/frame.htm. Acesso em 30/01/2011.

MEC/SEED. *Indicadores de qualidade para os cursos de graduação à distância*, 02 de abril de 2003. Disponível em www.mec.gov.br/seed/indicadores.shtm. Acesso em 02/01/2011.

